

Tribunal em **Pauta 16**

Edição especial / fevereiro 2011

As prioridades do terceiro mandato do conselheiro Cícero de Souza



Tribunal de Contas do
Estado de Mato Grosso do Sul



02

**Plano de Diretrizes
estabelece
metas para 2011**

06

**Balanço da
Gestão
Cícero de Souza**

Plano de Diretrizes estabelecido



C

onsiderando a necessidade de estabelecer ações organizacionais coordenadas que possibilite o alcance das prioridades institucionais, o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, aprovou a portaria nº 22/2010, referente ao Plano de Diretrizes para o ano de 2011, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS em dezembro último.

Foram aprovados os valores das metas estabelecidas para o ano de 2011 e a determinação dos pesos dos indicadores que compõem o resultado

institucional para fins do disposto na Resolução Administrativa nº 106, de 8 de dezembro de 2010, que regula o pagamento da Gratificação de Desempenho e Metas (GDM) aos servidores do TCE/MS.

De acordo com o conselheiro presidente, Cícero Antonio de Souza, “as unidades organizacionais responsáveis pelas ações previstas no plano devem promover, até o dia 18 de fevereiro de 2011, o desdobramento das ações em metas gerenciais no sistema informatizado de Gestão de Desempe-

belece metas para 2011



nho e Metas (GDM) do TCE/MS”.

Na abertura das ações serão fixados prazos de início e término para cada etapa, e quando necessário o produto a ser entregue ou benefício esperado com a execução da ação. Compete à Diretoria Geral de Gestão e Modernização promover a contabilidade dos resultados da instituição e das unidades gerenciais, e a disponibilização dos resultados apurados – parciais ou finais – no sistema GDM do TCE/MS. São oito objetivos estratégicos priorizados, sendo que

cada um tem os seus indicadores de desempenho, ações, responsáveis, colaboradores e prazos que deverão ser cumpridos.

Os objetivos estratégicos são os seguintes: cumprir os prazos legais e regimentais na apreciação e julgamento dos processos; tornar eficaz a fiscalização da gestão das verbas públicas; uniformizar os entendimentos e procedimentos que envolvem a instrução processual; criar condições para possibilitar maior acessibilidade às deliberações do TCE/MS; elaborar

e implementar sistema de gestão de pessoas; implementar políticas e programas de capacitação de pessoas; incrementar ações de caráter preventivo e orientador junto aos jurisdicionados e modernizar a infraestrutura de TI (soluções tecnológicas e serviços).

O anexo II da portaria estabelece a distribuição dos pesos das metas para 2011, estipulando também o prazo que deverá ser cumprido. Por fim, foi montado um mapa estratégico que resume todas as ações do plano de diretrizes.

Informatização

prioridades no terceiro mandato

Além da previsão de realização de concurso público para contratação de servidores no TCE/MS este ano, o conselheiro presidente Cícero Antônio de Souza disse durante entrevista que a prioridade para 2011 será o investimento na qualificação dos servidores, além da completa informatização da Corte de Contas.

Durante a sua posse para um terceiro mandato como presidente da Corte de Contas, realizada em dezembro do ano passado, o conselheiro Cícero de Souza afirmou que não vai faltar a ele, determinação. “Nesse mandato o TCE/MS será 100% informatizado no próximo ano, além disso, vamos promover um concurso público para preencher as vagas de auditor e outros cargos, e assim não sobrecarregar os outros funcionários. Isso é uma obrigação constitucional, o TCE/MS tem que funcionar com as vagas totalmente preenchidas”.



A posse do conselheiro Cícero de Souza pelo terceiro mandato foi fruto de consenso entre os conselheiros sobre os bons resultados do Programa de Modernização que vem sendo implantado ao longo dos quatro anos de mandato e que necessitava de continuidade. Os três integrantes da chapa foram eleitos por unanimidade através do voto secreto dos sete conselheiros em sessão especial do Pleno.

e qualificação: do conselheiro Cícero de Souza



Um grande número de autoridades e servidores lotou o auditório do TCE/MS para acompanhar a posse.

Além do presidente, foi empossado como vice-presidente o conselheiro Iran Coelho das Neves e como corregedor geral, o conselheiro Paulo Roberto Capiberibe Saldanha. Na ocasião o procurador de contas Ronaldo Chadid foi empossado no cargo de procurador geral de contas do Ministério Público de Contas (MPC); todos para gestão do biênio 2011/2012.

O conselheiro presidente fez um breve balanço das duas gestões anteriores, destacando os investimentos nas pessoas (servidores). “Lembro-me que afirmei no discurso de posse do primeiro mandato, em 2007, que tínhamos o compromisso de manter e dinamizar as atividades e serviços desta Corte de Contas, a partir de um intenso programa de informatização. Em 2008, na solenidade de posse do se-

Fotos:

01) Conselheiro Cícero de Souza assina termo de posse ao lado do governador André Puccinelli e do presidente da Assembleia Legislativa, Jerson Domingos.

02) Público e autoridades lotaram o plenário da Corte Fiscal.

03) Os empossados: Ronaldo Chadid, procurador Geral de Contas; conselheiro Paulo Saldanha, corregedor geral; conselheiro Cícero de Souza, presidente; conselheiro Iran Coelho, vice-presidente.

04) Conselho Deliberativo formado por sete conselheiros.



gundo mandato reafirmei este compromisso, lembrando as conquistas nesta área. Hoje, com o sentimento de dever praticamente cumprido, posso afirmar que no período de quatro anos foram implantados seis grandes sistemas informatizados que estão acabando com a burocracia e mudando a forma dos jurisdicionados se relacionarem com o TCE/MS”.

Ba lan ço

da Gestão
Cícero de
Souza
2007-2010

I

Implantação de sistemas informatizados

No período de quatro anos foram implantados seis grandes sistemas informatizados que estão acabando com a burocracia e mudando a forma de os jurisdicionados se relacionarem com o TCE/MS. As prestações de contas e informações que eram feitas mediante a apresentação de papel, agora estão sendo feitas eletronicamente, através da Internet, gerando rapidez, economia e eficiência.

Os sistemas fazem parte do Programa de Modernização que começou a ser implantado já no primeiro ano de mandato do conselheiro Cícero de Souza, em 2007, e provocaram uma verdadeira revolução na forma de atuação do TCE/MS.

Os principais sistemas implantados e em fase de implantação são os seguintes: Sistema Automatizado de Protocolo; Sistema LRF Transparência; Sistema de Cobrança

Eletrônica (e-Cob); Sistema Integrado de Administração (SIAMWEB); Sistema Informatizado de Contas Municipais (SICOM); Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal (SICAP).

1) Sistema automatizado de protocolo (04/04/2007)

O sistema automatizado de consulta de documentos e processos permite ao jurisdicionado acompanhar pela Internet a situação do processo a partir do número do protocolo que ele recebe na sua via de ofício. O sistema de consulta está disponível no site do Tribunal de Contas. Anteriormente o procedimento de recebimento de documento e gerenciamento da numeração era feito de forma manual e, na maioria dos casos, o documento recebia apenas um carimbo com a data de recebimento. A ausência de um número de protocolo dificultava a consulta sobre o andamento do processo por parte do jurisdicionado e também

trazia problemas de controle interno.

2) Sistema LRF Transparência (18/04/2007)

O Sistema “LRF Transparência” permite a remessa de dados contábeis e informações, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio eletrônico, pelos Municípios e sua Administração Indireta. Com isso o TCE/MS instituiu um sistema informatizado capaz de otimizar o recebimento dos dados contábeis periódicos exigidos pela LRF por parte dos Municípios e entidades da Administração Pública Indireta, bem como seu processamento e análise, eliminando a burocracia e o excesso de papel.

Em 2010 o sistema foi completamente reescrito e reformulado, atendendo às necessidades e solicitações do jurisdicionados, tornando-o mais ágil e confiável. A Nova LRF-Transparência será usada para a prestação de contas de 2011.

3) Sistema de Cobrança Eletrônica - e-Cob (21/07/2008)

Desenvolvido para controle da Dívida Ativa, o e-Cob permite a execução e cobrança de multas, parcelamentos e dívida ativa do TCE através da Internet. O sistema elimina a necessidade de emissão manual de boletos e permite a conciliação bancária dos recursos que são depositados no Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do TCE/MS (FUNTC). Com o novo sistema eletrônico é possível controlar on-line a origem e os valores que ingressam no FUNTC e discriminar se são referentes a pagamento de parcelamentos, multas ou dívida ativa.

4) Sistema Integrado de Administração (SIAMWEB) (30/09/2009)

O SIAMWEB, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), está sendo utilizado para gestão administrativa, patrimonial, financeira e de recursos humanos, como parte do projeto de Modernização e Gestão do TCE/MS, desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sistema irá gradualmente integrar e modernizar todos os sistemas e procedimentos relacionados à administra-

ção interna, permitindo a unificação de linguagem e melhor comunicação com os jurisdicionados. A contabilidade, orçamento e tesouraria estão trabalhando em fase paralela ao sistema antigo, os documentos estão sendo emitidos simultaneamente. O mesmo se dá em relação à gestão de pessoal e patrimônio

5) Sistema Informatizado de Contas Municipais (SICOM) (16/12/2009)

O sistema permite a formalização e apresentação eletrônica dos dados referentes aos instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA); das contas de gestão (balancetes); das licitações e contratos dos municípios. O SICOM facilita o recebimento e agiliza a análise das contas dos órgãos municipais, permitindo receber por meio eletrônico as informações que são hoje encaminhadas em forma de papel ao TCE/MS pelos municípios como, por exemplo, os orçamentos anuais, balanços, balancetes, licitações e contratos.

Quanto a remessa dos dados referentes ao Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA) dos 78 municípios, foram entregues com sucesso 77, representando uma adesão de praticamente 100% dos municípios

sul-mato-grossenses ao SICOM, faltando apenas o município de Angélica que justificou o não envio devido a problemas técnicos.

Com relação aos balancetes mensais eletrônicos, 55 das 78 prefeituras já fizeram o envio, representando 70% de adesão. Quanto às Câmaras Municipais 65 já enviaram, representando 83% de adesão. Com relação aos Fundos Municipais, 64% já estão cumprindo com a remessa eletrônica.

6) Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal – SICAP (03/03/2010)

O SICAP permite o encaminhamento, por parte dos órgãos jurisdicionados, de informações e documentos relativos a atos de pessoal através do meio eletrônico de dados. As informações começaram a ser apresentadas inicialmente pelo cadastro dos planos de cargos e carreiras, concursos públicos e quadro de pessoal.

Até o momento foram encaminhados eletronicamente pelas prefeituras e Câmaras 80% dos Planos de Cargos (182), 60% dos Concursos Públicos (119) e 40% do Quadro de Pessoal (65), comprovando grande adesão ao sistema.



II Informatização



No período 2007/2010 foram adquiridos 435 novos computadores, que substituíram 70% dos 295 computadores que existiam anteriormente e que estavam em sua maioria obsoletos. Isso representa um acréscimo real de 41% de equipamentos de informática. Desse total, 17 equipamentos são portáteis (notebooks), destinados especificamente ao trabalho de campo do controle externo.

Foram adquiridos ainda 11 novos servidores de aplicação e bancos de dados; 1 sistema de armazenamento de arquivos de 2 terabytes; 15 terminais com tela sensível ao toque para informatizar as sessões das Câmaras e do Pleno; 67 impressoras laser de pequena e grande capacidade e 30 multifuncionais.

Informatização das Sessões do Pleno e das Câmaras

A partir de abril de 2009 as sessões do Pleno e das 1ª e 2ª Câmaras passaram a ser totalmente informatizadas, com os conselheiros e representantes do Ministério Público de Contas podendo apresentar, discutir, acompanhar e votar os processos através de computadores integrados, dotados de monitores sensíveis ao toque (sistema Touch Screen). Todos os atos produzidos serão inseridos no sistema informatizado e disponibilizados na tela para leitura dos conselheiros durante as sessões.

Criação do Comitê de Segurança da Informação (PCSI) – (18/11/2009)

Por meio de Resolução Administrativa foram aprovadas normas de segurança da informação que tratam dos seguintes temas: diretrizes gerais

para uso dos recursos de tecnologia da informação; segurança de informações; controle do parque de informática; internet e webmail; atendimento aos usuários de TI; acesso remoto à rede de dados e solicitação de serviços e sistema.

Modernização do Sistema de Controle de Processos (SCP)

Foi promovida a melhoria do SCP, que em 2011 será definitivamente modernizado com a implantação da linguagem de programação em ambiente web e Java, dando mais recursos para os analistas e auditores promoverem a análise e tramitação de processos, atos deliberativos, pareceres, relatórios-voto, acórdãos e outros, que passarão a ser totalmente eletrônicos. O novo sistema beneficiará também os jurisdicionados que poderão protocolar processos pela Internet.

III Capacitação ESCOEX



O TCE/MS deu grande prioridade aos investimentos na capacitação de servidores e orientação aos jurisdicionados. Neste período de quatro anos foram promovidas 120 ações de capacitação, entre cursos fechados e abertos, eventos, seminários e congressos, totalizando 818 participações de servidores do Tribunal. Para um universo de 539 servidores efetivos e comissionados existentes no Tribunal, isso significa que diversos servidores participaram de mais de um curso ou evento.

Destacamos a implantação e inauguração da sede da Escoex como a maior de todas as realizações por tratar-se da consolidação efetiva de um trabalho de Educação Corporativa dentro da Instituição, com amplo espaço, estrutura física e todas as condições para o desenvolvimento deste

trabalho.

Entre as 120 ações de capacitação e eventos destacamos:

Curso MBA em Gestão Pública

Com 119 servidores inscritos teve início em agosto de 2009 o Curso MBA em Gestão Pública com ênfase em Controle Externo, transmitido via satélite. A conclusão do curso ocorre em março de 2011.

Graduação em Direito

Com apoio do TCE/MS, 17 servidores estão concluindo em 2011 o curso de graduação em Direito na Uniderp.

Pós-graduação em Direito Administrativo pela PUC/SP

Iniciado em outubro de 2010, em convênio com a Escola Superior de Advocacia da OAB/MS, o curso presencial terá duração de 24 meses,

sendo quatro aulas por mês com mestres da PUC/SP. Dez servidores do TCE/MS participam da pós-graduação que tem conclusão prevista para 2012.

1º Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

Realizado em agosto de 2010, reuniu na Escoex 24 Estados da Federação, selando a formação da Rede das Escolas dos Tribunais, movimento de fundamental importância para o amadurecimento e fortalecimento de parcerias.

Plano de Ação para Gestão 2011/2012

Normatização das atribuições da Escola, com a formação de equipe de trabalho, e realização de diagnóstico de necessidades de capacitação interna para o período 2011/2012.

IV Gestão de Pessoas

Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal

Implantado em março de 2010, como resultado do Programa de Modernização, o PCCR trouxe como principais vantagens:

O vencimento base valorizado, com a extinção de várias rubricas na composição salarial, inclusive garantindo as vantagens pessoais adquiridas ao longo do serviço público pelos servidores.

Criação da Gratificação por Desempenho e Metas (GDM) que começou a ser implantado neste exercício.

Criação da Gratificação de Especialização (GE) necessitando de regulamentação, mas que já se apresenta como uma conquista para os servidores de carreira.

Política de Gestão de Pessoas

Implantada através de Resolução Normativa, estabelece diretrizes para a formulação, execução de projetos e ações que assegurem o contínuo desenvolvimento profissional e humano dos servidores, modernizando as relações de trabalho.

Reajustes Salariais

O índice de reajuste salarial nestes quatro anos foi de 21%, tendo sido aplicado índice de 5% em 2007, 2008 e 2010 e 6% em 2009.

Atendimento Odontológico

Implantado em maio de 2008, o gabinete odontológico conta com equipamentos modernos e de última geração. O gabinete realiza anualmente mil atendimentos odontológicos, realizando cerca de 2.500 procedimentos diversos, como restauração, extração, profilaxia, ortodontia e radiografia. Dois profissionais prestam atendimento diário no consultório.

Atendimento Médico

O setor médico conta com espaço próprio, tendo realizado nos últimos quatro anos mais de 12 mil atendimentos de enfermagem; 783 exames periódicos e 2,5 mil atendimentos médicos, revelando a preocupação da administração com a prevenção e manutenção da saúde dos servidores.



V Infraestrutura

Com investimento total da ordem de R\$ 3 milhões, foi inaugurada em 06 de abril de 2010 a sede da Escola Superior de Controle Externo (Escoex). O prédio tem área total construída de 1.000 m², onde estão instaladas a parte administrativa, com ampla área de recepção para realização de eventos e coffe-break, biblioteca, sala de leitura, duas salas de reunião, auditório com capacidade para 120 pessoas, duas salas de aulas com capacidade para 30 pessoas e laboratório de informática com 25 lugares para a realização de aulas práticas. Todas as salas têm sistema de projeção data-show e

rede sem fio para conexão à Internet.

Consultório Odontológico

Implantado em maio de 2008, o gabinete odontológico conta com equipamentos modernos e de última geração. O gabinete realiza em média mil atendimentos por ano, efetuando procedimentos de restauração, extração, profilaxia, ortodontia e radiografia. Dois profissionais prestam atendimento diário no consultório.

Sede do Sinsercon

A sede social do Sinsercon (Sindicato dos Servidores do TCE/MS), com 800 m² de área construída e capacidade para abrigar eventos para até 700

pessoas, foi construída com apoio decisivo do TCE/MS, com o objetivo de oferecer espaço para o lazer e a integração, garantindo melhoria da qualidade de vida do servidor e um melhor ambiente laboral.





Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex)

O convênio do Promoex foi assinado em 2006. Neste período foram investidos R\$ 1,6 milhão, de um total de R\$ 2,8 milhões previstos, restando R\$ 1,2 milhão a serem investidos até o final de 2011. Os investimentos estão concentrados em Tecnologia da Informação (TI) e capacitação dos servidores.

Neste período foram adquiridos 30 Impressoras Laser Monocromática, 06 Impressoras Térmicas, 04 Publicações de TI, 09 equipamentos de informática do tipo switch, 01 leitor digitalizador de microfilmes, 01 equipamento de no-break on-line, 100 estações de Trabalho, 01 equipamento de TI "Storage"; 17 impressoras laser; 18 Impressoras Multifuncionais, 01 Carimbo datador digital - protocoladora digital de documentos e 17 notebooks destinados ao trabalho de campo do controle externo.

A Comissão Permanente de Licitações, em parceria com o Promoex, realizou o primeiro Pregão Eletrônico para aquisição de Software e dispositivo de Back-Up e disco Storage, o que irá proporcionar celeridade nos processos de aquisições, e economia aos cofres do TCE/MS.

Ainda como parte do Promoex, foi promovida a capacitação de 180 servidores em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Contabilidade Pública, Finanças Públicas e Auditoria Governamental, e a capacitação dos jurisdicionados em Controle Interno. Em 2007 foi contratada a digitalização de documentos, assinados convênios com o IRB e ATRICON para suporte técnico ao PROMOEX.

Projeto de Modernização e Gestão do TCE/MS - FGV

Com consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi lançado em outubro de 2008 o Projeto de

Modernização e Gestão do TCE/MS, que identificou os principais problemas do Tribunal e propôs melhoria do desempenho institucional e organizacional. Com esse projeto, o Tribunal repensou a sua estrutura organizacional, analisou procedimentos e buscou padrões, definindo novos modelos, adequados aos tempos atuais onde a informática e a transparência são as palavras de ordem dominantes.

Com a conclusão do projeto, em outubro 2009, o TCE obteve instrumentos para implantar, entre outros projetos, um modelo de gestão estratégica; um novo plano de cargos, carreira e salário (PCCR); um modelo de estrutura organizacional mais enxuto e moderno; infraestrutura de sistemas e tecnologia da informação; plano básico de treinamento e um sistema normativo administrativo moderno e eficiente.

Nova Estrutura Organizacional

A nova estrutura é fruto de um ano e meio de trabalho, debate e pesquisa, iniciado em outubro de 2008 com o Projeto de Modernização e Gestão do TCE/MS, sob consultoria da FGV. O novo modelo organizacional adota como premissa o conceito de processos de trabalho, que agrupa atividades afins e elimina duplicidade de tarefas.

A nova estrutura padroniza a nomenclatura das unidades organizacionais, estabelece níveis hierárquicos claros e define critérios para a designação de cargos comissionados e funções de confiança.

Entre as principais novidades está a criação da Diretoria Geral de Gestão de Modernização, a quem compete coordenar a gestão e modernização da instituição, atendimento ao jurisdicionado, planejamento estratégico e normatização.

Auditoria Operacional de Desempenho

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de 23 de abril de 2009 o relatório-voto da primeira Auditoria de Desempenho Operacional promovida pelo TCE/MS. A Auditoria avaliou o Projeto Especial da Formação Continuada em Língua Portuguesa para Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Período 2004/2007), que concluiu pela apresentação de 22 recomendações à Secretaria Estadual de Educação (SED/MS).

Este tipo de Auditoria busca caracterizar a natureza dos problemas detectados, a fim de indicar medidas que deverão ser tomadas pelos setores responsáveis, com vista a solucionar ou minimizar os principais obstáculos. Para investigar e avaliar as questões consideradas essenciais para a

Auditoria, a equipe do TCE/MS realizou pesquisa quantitativa, enviando 877 questionários para diretores, coordenadores e professores e, ainda, entrevistas com gestores e técnicos da SED/MS, consulta a banco de dados e pesquisa documental.

Manual Técnico de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia

A partir de setembro de 2007 o TCE/MS passou a contar com mais uma ferramenta para aprofundar e aprimorar o trabalho de fiscalização: o Manual Técnico de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia, instituído por meio de resolução administrativa. Elaborado pela Assessoria de Obras, Engenharia e Meio Ambiente, o Manual deu mais efetividade ao trabalho nesta área e permitiu a uniformização de procedimentos. O Manual apresenta, entre outros itens, os fatores de risco e as verificações necessárias em cada etapa da obra ou serviço de engenharia e traz, ainda, uma série de exemplos de formulários, como os

de auto de inspeção, de solicitação de documentos e de relatório de inspeção.

Arrecadação do FUNTC

O FUNTC arrecada em média R\$ 50 mil mensais, e aplica valor em custeio de diárias e passagens para realização de cursos fora da cidade, através do PROMOEEX. Neste exercício, foram realizados na sede da Escoex, cursos de capacitação para os servidores da área fim, referentes às Normas Brasileiras de Contabilidade; capacitação em Pregão presencial e eletrônico e capacitação técnica do pregoeiro; e ainda capacitação dos jurisdicionados em controle interno.

Os valores são aplicados também na manutenção dos sistemas utilizados no Tribunal; digitalização de legislações e manuais para os jurisdicionados; aquisição de equipamentos de informática; aquisição de outros materiais e equipamentos para melhoria da qualidade do trabalho.



VII Comunicação



A implantação do novo site representou o primeiro passo no cumprimento das metas do Programa de Modernização da Gestão. O espaço virtual do TCE/MS foi totalmente reformulado para atender com eficácia a busca pela transparência e eficiência da Administração Pública. Prático, interativo e com uma navegação muito mais agradável e acessível, o novo layout deixa o internauta familiarizado com o órgão e com mais facilidade para buscar as informações desejadas. Na página principal, notícias em destaques rotativos

e com imagens, conferiram dinamismo ao site.

Diário Oficial Eletrônico (DOE) (23/11/2009)

Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas foi implantado juntamente com o novo site e é gerido pelo próprio TCE. Tem validade legal com a utilização da Assinatura Digital Eletrônica, credenciada pelo sistema de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Com o novo sistema, o DOE fica disponível para consulta de toda a população no site da Corte de Contas (www.tce.ms.gov.br) e o internauta

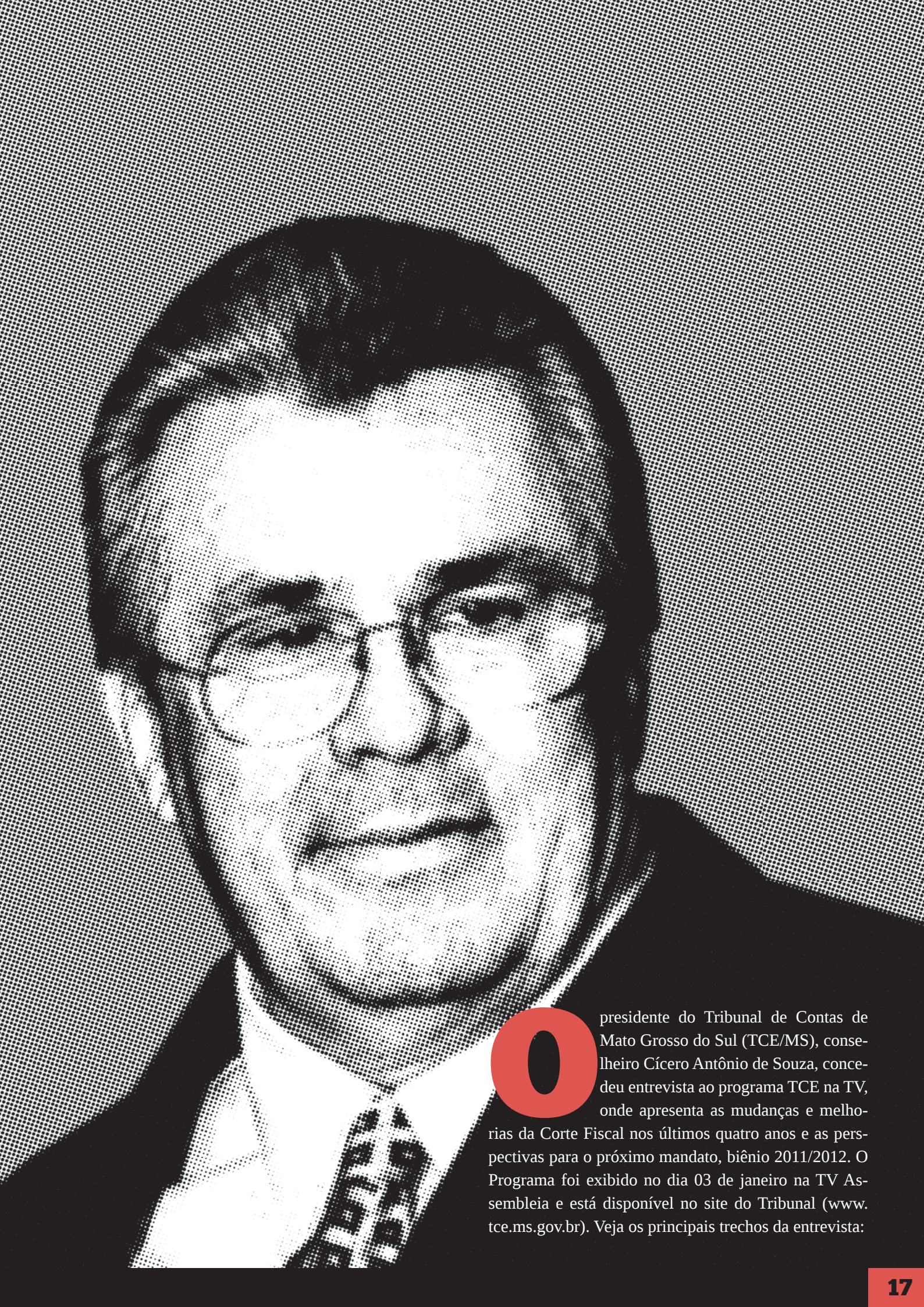
pode acessar a lista das últimas edições do Diário Oficial, organizadas por data e nome. A medida trouxe economia para a Corte Fiscal, já que os gastos com as publicações no DOE eram elevados

Consulta on-line das decisões administrativas

O sistema de consulta on-line do site do TCE/MS passou a disponibilizar todas as decisões administrativas adotadas pela Corte de Contas a partir de 2005. O sistema permite consultar Acórdãos, Decisões Simples, Decisões Singulares, Pareceres e Súmulas relacionados à palavra chave digitada.

En- tre- vis- ta

Cícero de Souza faz
balanço positivo e
destaca metas para
o futuro



O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conselheiro Cícero Antônio de Souza, concedeu entrevista ao programa TCE na TV, onde apresenta as mudanças e melhorias da Corte Fiscal nos últimos quatro anos e as perspectivas para o próximo mandato, biênio 2011/2012. O Programa foi exibido no dia 03 de janeiro na TV Assembleia e está disponível no site do Tribunal (www.tce.ms.gov.br). Veja os principais trechos da entrevista:

Conselheiro, quando assumiu a presidência em 2007, o senhor propôs a informatização da corte e agora completamos quatro anos de administração. Hoje isso é uma realidade para o TCE/MS?

Quando você assume a direção de qualquer instituição, você cria um programa de trabalho. Tanto no poder público e privado ou em qualquer segmento que você tenha direção, você tem que criar um programa de trabalho a ser desenvolvido dentro de um período. E o que eu notei quando nós assumimos a presidência do TCE/MS era a grande necessidade da informatização, que foi um programa que nós elaboramos com muito custo e dificuldade, criamos um sistema para fazer essa implantação. Sistema esse que começa desde a entrada dos documentos no Tribunal, ou seja, o protocolo até os atos de pessoal. São seis sistemas criados e praticamente todos eles implantados, essa é a grande informatização que nós pretendemos.

É evidente que ainda estamos em fase experimental, alguns sistemas já funcionando perfeitamente e outros se fazendo alguma adequação necessária. Agora o que nós procuramos é sempre a melhoria do Tribunal; fazer com que o TCE/MS não trabalhe mais com papel, mas sim com sistemas informatizados.

Com a implantação destes sistemas eletrônicos o Tribunal também investiu nos seus equipamentos?

Esse é o grande fator. Para se ter uma idéia, fizemos a aquisição de mais de 400 computadores. Trocamos um volume muito grande e implementamos mais ainda, nós tínhamos aproximadamente 200 computadores e só de compra nós fizemos 420. E o mais importante de tudo isso é que o Tribunal não deve um tostão, as contas do Tribunal estão todas em dia. É evidente que essas implantações têm que

ter sempre uma continuidade ainda mais pela questão da modernização.

Hoje você compra um computador e amanhã já tem um modelo novo mais sofisticado, com mais correções e com mais eficiência. Mas essa implementação foi feita e em um período bastante rápido e totalmente pago.

O senhor esteve atento a necessidade de investir no quadro de pessoal do TCE/MS capacitando e qualificando os servidores para que possam atender melhor os jurisdicionados?

Isso foi uma promessa que nós fizemos quando assumimos a presidência do Tribunal, que era a montagem da ESCOEX, não só para nós funcionários do TCE/MS, mas para os nossos jurisdicionados, que é de fundamental importância. O que tem que se ver com grande valor é que o Tribunal não é uma instituição única e exclusivamente punitiva.

O Tribunal é uma instituição punitiva para aqueles que erram, aqueles que estão desorganizados e não querem se organizar. Mas, a obrigação maior do TCE/MS é a orientação e para que essa orientação possa ocorrer de uma maneira correta e eficiente e que venha trazer bons resultados nós montamos a ESCOEX, cujo prédio foi edificado única e exclusivamente com o nosso duodécimo. A Escoex hoje é um orgulho não só do TCE/MS, mas também do Estado de Mato Grosso do Sul. Com a ESCOEX em plena atividade já desenvolvemos mais de 160 cursos de capacitação com a participação de mais de 800 funcionários. Capacitamos também os jurisdicionados que, quando necessitam de orientação vêm até a ESCOEX. Nós não medimos esforços para que possamos dar um ensinamento adequado e necessário para os municípios, câmaras municipais ou para qualquer instituição que tenha que prestar contas para o Tribunal de uma maneira correta.

Quais os investimentos feitos para

a melhoria da infra-estrutura do TCE?

As melhorias são constantes aqui dentro do TCE. Nós trouxemos para o Tribunal a Fundação Getúlio Vargas com objetivo maior de promover uma reorganização dentro da atividade fim e dentro da atividade meio. Atividade fim é fator preponderante de maior importância, então criamos várias metas, estas que estamos seguindo adequadamente e pausadamente.

O primeiro problema que nós tínhamos era na questão de pessoal. Nunca tinha sido feito no TCE um PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração). Procuramos através disso, com entendimento de toda nossa classe funcional para que nós pudéssemos realizar um trabalho de renovação de estrutura funcional que incentive o funcionário a ter um objetivo maior, para que se possa melhorar a sua própria capacidade intelectual. É difícil você implantar isso em um sistema que está a 30 anos impregnado com vários vícios e alguns defeitos que não foram corrigidos, mas tivemos a felicidade e a grande alegria de implantar o PCCR.

O TCE/MS através da presidência do conselheiro contratou a FGV que auxiliou na implantação do PCCR e também no projeto de modernização da nova estrutura organizacional do TCE. Qual a importância disso?

Esta nova estrutura é necessária. Nós temos, por exemplo, 12 metas a serem atingidas pela própria organização reformulada. É evidente que nós não vamos atingir essas metas em 6 meses ou 1 ano. Há necessidade de um tempo para a implantação disso. Estamos desenvolvendo todas essas metas, com a subdivisão das diretorias e de todos os órgãos da atividade fim e da atividade meio. A atividade fim é o principal dentro do Tribunal,

ou seja, verificar as contas do que se paga e do que se recebe, e na atividade meio nós precisamos ter uma infra-estrutura para dar condições para que a atividade fim possa ser desenvolvida.

Outro fato importante para o TCE é encerramento da primeira fase do PROMOEX. O que esse programa representou para as cortes de contas do Brasil todo?

O PROMOEX foi criado pelo Ministério de Planejamento e a partir de 2007 começamos a fazer essa implantação aqui no TCE/MS. Com um montante de R\$ 2,8 milhões, dos quais nós investimos R\$ 1,6 milhão, restando R\$ 1,2 milhão aproximadamente para que possamos concretizar o PROMOEX, que busca a uniformização dos procedimentos dos Tribunais de Conta. Hoje o TCE/MS está praticamente com todas as metas e todos os programas implantados. Houve um pequeno atraso no próprio Ministério do Planejamento, mas essa será uma das metas deste mandato novo que nós iremos assumir e vamos con-

cluir.

Em 2011 o senhor assume o terceiro mandato. Quais são as expectativas e metas?

Primeiro fazer a informatização total do Tribunal, essa é a minha meta principal para 2011/2012. Eu quero crer que nós não estamos na perfeição, nós precisamos realizar alguns concursos e nós vamos fazê-los para que possamos preencher as vagas que são necessárias dentro da atividade fim, que são os analistas de contas, auditores e procuradores. Para isso nós precisamos ter uma dotação orçamentária adequada, por que não adianta o presidente e o Tribunal querer implantar algo bom e necessário sem ter um duodécimo suficiente para isso.

Essa é uma conversa que eu tenho que ter com o governador do nosso Estado para que ele possa enxergar sem dúvida alguma a necessidade disso, porque não se faz nada sem ter despesas. O TCE precisa efetivamente de melhorias constantes,

fazer com que o jurisdicionado tenha plenas condições de nos fornecer os dados necessários e prestar as contas para o TCE dentro de um clima saudável, correto e sobretudo com transparência e honestidade.

Presidente, que mensagem você deixa para os servidores e jurisdicionados?

Eu deixo uma mensagem de determinação. Sempre fui um homem determinado e eu acho que a determinação é fundamental na vida do ser humano. A determinação é importante na vida. Sem determinação você não consegue nada, você pode ter uma inteligência suficiente, até um QI fora do normal, mas se você não tiver a determinação você não vai conseguir. E eu sei que é muito difícil agradar a gregos e troianos, mas somos um corpo que constitui e forma uma instituição e para que esse corpo possa formar essa instituição com dignidade, respeito, transparência, sabedoria e, sobretudo, com eficiência é necessário determinação e união.



TCE/MS regulamenta Gratificação de Desempenho e Metas para servidores



O conselho deliberativo do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS) aprovou na sessão do Pleno realizada no dia oito de dezembro de 2010 a Resolução Administrativa nº 106/2010 que regulamenta o pagamento da Gratificação de Desempenho e Metas (GDM) aos servidores do TCE/MS.

De acordo com o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, “a gratificação tem como objetivo reconhecer o esforço da equipe na construção dos resultados”. Ele explica que o desenvolvimento e

a expansão das atividades do TCE/MS requer o acompanhamento periódico do quadro funcional e do alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

A resolução estabelece que a GDM será atribuída em função dos resultados do TCE/MS, da Unidade Organizacional e da avaliação de desempenho do servidor, sendo que a avaliação de resultados do TCE/MS e das Unidades Organizacionais tomará como referência as metas anuais estabelecidas no Plano Estratégico.

De acordo com a resolução, cabe ao Tribunal Pleno prever o per-

centual a ser fixado para o período avaliativo anual e o valor a ser orçado para o pagamento da GDM, com base na suportabilidade financeira do TCE/MS e da projeção da arrecadação do Estado.

A medida faz parte do Projeto de Modernização e Gestão, implantado com consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e pretende fortalecer a parceria entre o servidor, o TCE/MS e a Unidade Organizacional – UO, além de estimular o comprometimento dos servidores com a missão e os objetivos do TCE/MS e da UO.



EXPEDIENTE

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Cícero Antonio de Souza

Vice-Presidente

Iran Coelho das Neves

Corregedor Geral

Paulo Roberto Capiberibe Saldanha

Conselheiros

José Ancelmo dos Santos

José Ricardo Pereira Cabral

Waldir Neves Barbosa

Celina Martins Jallad

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Chefe da Assessoria de

Comunicação Social

Flávio Teixeira (MTE/MS 15)

Assessor de Comunicação Social

Luiz Junot (MTE/MS 99)

Jornalista

Débora Charro (MTE/MS 194)

Estagiária de Jornalismo

Bruna Galina

Publicitários

Fabi Rezek e Cezinha Galhardo

Repórter Fotográfico

Roberto Araújo (MTE/MS 140)

Site: www.tce.ms.gov.br

e-mail: comunicacao@tce.ms.gov.br